

101

Advogado

Data da prova:

Domingo,

26

de abril de 2026

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
 - 1 (um) caderno contendo as provas objetiva e discursiva. A prova objetiva é composta por 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta;
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Não basta sonhar, tem que lutar.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de provas, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva, o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você poderá deixar o local levando consigo o caderno de provas somente quando faltarem 30 (trinta) minutos para o término do tempo fixado para a realização das provas.
- Após o término das provas, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação das provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhum momento das provas.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "U"

Realização

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Questões de 1 a 20

LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL

Questões de 1 a 8

Texto para responder às questões de 1 a 3.

A ergologia centra-se nos saberes construídos e nas competências desenvolvidas pelos trabalhadores no decorrer da atividade de trabalho, em relação com as normas que procuram antecipar o trabalho. A abordagem ergológica do trabalho toma como ponto de partida a distinção entre trabalho prescrito e trabalho real, inicialmente proposta pela ergonomia da atividade, para aprofundar a compreensão sobre os saberes construídos e as competências desenvolvidas pelos trabalhadores durante sua atividade de trabalho. Na ergologia, o trabalho é tomado como atividade enigmática, portanto, complexa, situada historicamente e singular, impossível de ser completamente prevista/prescrita e que é desvelada somente parcialmente a partir de uma aproximação da atividade de trabalho.

Dentro desse escopo, considerar a singularidade da atividade de trabalho implica reconhecer que esse jamais é realizado da mesma maneira, seja por trabalhadores distintos que ocupam o mesmo posto de trabalho, seja pelo mesmo trabalhador no cotidiano da atividade. Assim sendo, sob essa ótica, toda situação de trabalho é sempre singular e imprevisível e sua análise requer compreender as relações estabelecidas entre os sujeitos, as normas, os meios etc.

Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/pt_BR/article/view/212627/218169>. Acesso em 17 mar. 2026, com adaptações.

QUESTÃO 1

De acordo com as ideias do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O trabalho deve ser compreendido a partir das normas que o prescrevem, uma vez que estas possibilitam antecipar, de forma objetiva, as situações reais da atividade.
- (B) A distinção entre trabalho prescrito e trabalho real demonstra que a atividade laboral é essencialmente complexa, razão pela qual a análise das normas perde relevância teórica.
- (C) Embora as normas busquem antecipar o trabalho, este é um processo de difícil compreensão e imprevisível, o que exige uma abordagem que considere as relações dinâmicas entre sujeitos, normas e meios.
- (D) A singularidade do trabalho decorre principalmente das diferenças individuais entre trabalhadores que desenvolvem atividades semelhantes.
- (E) A ergologia propõe substituir a noção de trabalho prescrito pela de trabalho real, de forma a eliminar a necessidade de distinção entre essas categorias.

QUESTÃO 2

Considerando-se os sentidos do texto, a expressão “inicialmente proposta pela ergonomia da atividade”, no primeiro parágrafo, retoma

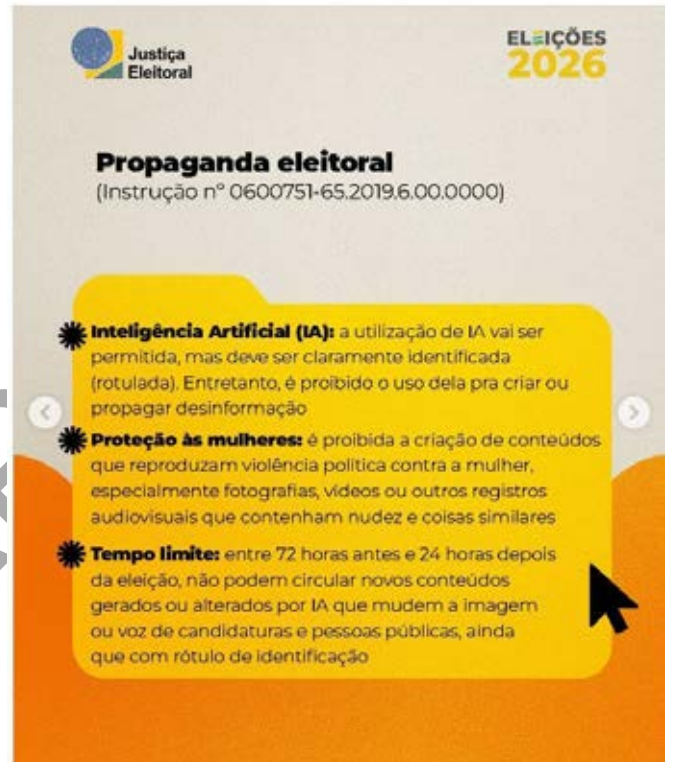
- (A) a ergologia.
- (B) a abordagem ergológica do trabalho.
- (C) a compreensão a respeito dos saberes construídos.
- (D) as competências desenvolvidas pelos trabalhadores durante sua atividade.
- (E) a distinção entre trabalho prescrito e trabalho real.

QUESTÃO 3

Quanto à organização argumentativa do fragmento de texto apresentado, o segundo parágrafo estabelece, em relação ao primeiro, uma

- (A) oposição.
- (B) conclusão.
- (C) comprovação.
- (D) generalização.
- (E) exemplificação.

QUESTÃO 4



Fonte: Instagram TSE

Com base na imagem apresentada, assinale a alternativa que corresponde ao tipo textual nela predominante e o seu objetivo principal.

- (A) Descritivo — fazer propaganda eleitoral das Eleições de 2026.
- (B) Argumentativo — estabelecer regras para o uso da IA nas Eleições de 2026.
- (C) Injuntivo — advertir a população a respeito do uso da IA nas Eleições 2026.
- (D) Expositivo — informar o público geral a respeito de normas para a propaganda eleitoral nas Eleições de 2026.
- (E) Dissertativo — prevenir a população a respeito de novas regras para as Eleições 2026.

Área livre

Texto para responder às questões 5 e 6.

O Brasil acaba de sair do mapa da fome, superando mais uma vez um cenário crítico da escassez alimentar. No entanto, há um desafio: o acesso a uma alimentação saudável. Estudos destacam evidências de que domicílios de baixa renda e das regiões rurais do País apresentam alto consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados e ingredientes culinários. No entanto, esse consumo é marcado por alimentos básicos, como arroz, açúcar e farinhas. Enquanto isso, outros alimentos saudáveis, como frutas, legumes e verduras, que promoveriam maior diversidade alimentar, são precários. Ou seja, a baixa participação de alimentos ultraprocessados no consumo de calorias não implica, necessariamente, qualidade da alimentação.

Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/mapa-da-ma-alimentacao-revela-participacao-de-ultraprocessados-na-dieta-dos-brasileiros/>>. Acesso em: 18 mar. 2026, com adaptações.

QUESTÃO 5

As ideias e os aspectos linguísticos do texto seriam preservados caso

- (A) o sinal de dois-pontos empregado após “há um desafio” fosse substituído por vírgula.
- (B) o elemento “ou”, em “ou minimamente processados”, fosse substituído por um travessão.
- (C) fosse inserida uma vírgula logo após “Estudos destacam evidências”.
- (D) a vírgula logo após “como frutas, legumes e verduras” fosse suprimida.
- (E) o ponto final empregado em “são precários. Ou seja,” fosse substituído por vírgula, com o devido ajuste de letras maiúsculas e minúsculas.

QUESTÃO 6

Com relação ao aspectos gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A expressão “superando mais uma vez” poderia ser assim reescrita: **por superar mais uma vez**, sem prejuízo para as relações sintáticas do período.
- (B) A forma verbal “há” está flexionada no singular para estabelecer concordância com o termo que a antecede.
- (C) Em “o acesso a uma alimentação saudável” é facultativo o emprego do acento grave indicativo de crase, sendo possível escrever: **o acesso à uma alimentação saudável**.
- (D) Em “evidências de que” a preposição “de” poderia ser suprimida, sem prejuízo gramatical para o período.
- (E) A expressão “Enquanto isso” expressa ideia temporal e poderia ser corretamente substituída por “À medida que”.

Área livre

Texto para responder às questões 7 e 8.

[Nome do órgão]
[Secretaria/Departamento]
[Setor/Entidade]
[Endereço]

OFÍCIO Nº 100/2026/CRN

Brasília, 3 de março de 2026.

À Senhora
[Nome]
Diretora de Tecnologia
São Paulo/SP

Assunto: Solicitação. Implementação do novo sistema.

Solicito, por gentileza, que seja realizada a efetivação da implementação do novo sistema, para continuidade das atividades referentes ao relatório final.
Tendo em vista os fatos já mencionados no Ofício nº 78/2026/CRN, reiteramos o pedido feito.

Cordialmente,

(espaço para assinatura)
NOME
Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas

QUESTÃO 7

À luz do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), assinale a alternativa correta.

- (A) A estrutura do ofício está inadequada, pois o campo “Assunto” deve ser registrado no início do documento.
- (B) O uso de “por gentileza” está adequado, sendo recomendado para humanizar o texto oficial.
- (C) O texto fere os princípios da clareza e da linguagem simples que orientam a redação oficial.
- (D) A expressão “Cordialmente” é obrigatória como fecho de documentos oficiais.
- (E) A redação está adequada, pois emprega linguagem técnica e acessível ao mesmo tempo.

QUESTÃO 8

Esse documento caracteriza-se como

- (A) documento oficial.
- (B) comunicação normativa.
- (C) solicitação oficial.
- (D) ato normativo.
- (E) expediente circular.

Área livre

LEGISLAÇÃO APLICADA AO CRN-3

Questões de 9 a 12

QUESTÃO 9

No que se refere às competências do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Nutrição previstas na Lei nº 6.583/1978, é correto afirmar que compete aos(ao)

- (A) Conselhos Regionais fixar os valores das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidas pelos profissionais e empresas, nos termos em que dispuser o regulamento da Lei.
- (B) Conselho Federal expedir a Carteira de Identidade Profissional e o Cartão de Identificação dos profissionais registrados em sua jurisdição.
- (C) Conselho Federal apreciar e julgar os recursos das penalidades impostas pelos Conselhos Regionais, funcionando ainda como Tribunal de Ética Profissional ao dispor acerca do Código de Ética.
- (D) Conselhos Regionais elaborar seu próprio regimento e submetê-lo diretamente à aprovação do Ministério do Trabalho, dispensada a manifestação do Conselho Federal.
- (E) Conselho Federal promover, no juízo competente, a cobrança judicial das anuidades, taxas, emolumentos e multas, quando esgotados os meios de cobrança amigável.

QUESTÃO 10

Com base no Regulamento que dispõe acerca do exercício da profissão de Nutricionista (Decreto nº 84.444/1980), assinale a alternativa correta.

- (A) A inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas é obrigatória para as empresas cujas finalidades estejam ligadas à nutrição e alimentação, incluindo estabelecimentos hospitalares que mantenham serviços de nutrição e dietética e empresas fabricantes de alimentos destinados ao consumo humano.
- (B) Quando o nutricionista exercer atividade profissional em mais de uma região, deverá pagar a anuidade ao Conselho Regional de seu domicílio, sendo-lhe facultativa a inscrição nos demais Conselhos das regiões em que atuar.
- (C) O exercício da profissão de nutricionista é permitido a qualquer profissional diplomado, independentemente de inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas, desde que comprove a conclusão do curso superior na área.
- (D) As pessoas jurídicas que exploram serviços de nutrição e alimentação, quando possuírem filiais em uma mesma região, deverão pagar ao respectivo Conselho Regional uma anuidade para cada estabelecimento ou filial existente.
- (E) A inscrição em concurso público para seleção de nutricionista independe da apresentação da carteira de identidade profissional, bastando ao candidato comprovar a titulação acadêmica no momento da posse.

Área livre

QUESTÃO 11

De acordo com a Resolução CFN nº 786/2024, que disciplina o processo de inscrição definitiva no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), assinale a alternativa correta.

- (A) O requerimento de inscrição definitiva deverá ser encaminhado ao presidente do CRN, sendo facultado ao profissional apresentá-lo por meio digital ou presencialmente, conforme sua preferência.
- (B) Caso o requerente possua inscrição definitiva cancelada no próprio CRN em que solicita nova inscrição, a prova de regularidade das multas já aplicadas é dispensada quando houver defesa ou recurso administrativo protocolado e o processo estiver pendente de decisão definitiva.
- (C) Entre os documentos exigidos para a inscrição definitiva está a foto digital atual em postura formal, que pode ser apresentada em qualquer proporção e com fundo de cor livre, desde que o rosto do profissional esteja nitidamente visível.
- (D) O CRN terá o prazo de até 60 dias corridos, contados a partir do protocolo inicial do pedido, para analisar e concluir o processo de inscrição do profissional.
- (E) Havendo inscrição anterior do requerente em outra jurisdição, o CRN onde é solicitada a nova inscrição definitiva poderá desconsiderar o registro pretérito, processando o pedido como inscrição originária, independentemente da situação do registro anterior.

QUESTÃO 12

Com fundamento na Resolução CFN nº 600/2018, que dispõe acerca das áreas de atuação do nutricionista, assinale a alternativa correta.

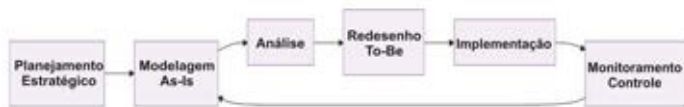
- (A) A assistência nutricional e dietoterápica prestada em bancos de leite humano (BLH) e postos de coleta enquadra-se na Área de Nutrição em Saúde Coletiva, por se tratar de atividade voltada ao atendimento coletivo de lactentes.
- (B) A Área de Nutrição Clínica compreende exclusivamente a assistência nutricional e dietoterápica prestada em ambiente hospitalar, não abrangendo o atendimento ambulatorial, em consultórios ou em domicílio.
- (C) A Área de Nutrição no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, restringe-se às atividades exercidas exclusivamente nos cursos de graduação em Nutrição, e não abrangem cursos de pós-graduação, de aperfeiçoamento profissional ou cursos técnicos.
- (D) O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui subsegmento da Área de Nutrição em Alimentação Coletiva, por envolver a produção e o fornecimento de refeições a estudantes da rede pública de ensino.
- (E) A atuação do nutricionista em unidades de alimentação e nutrição (UAN) institucionais – como hospitais, clínicas, unidades prisionais e instituições de longa permanência para idosos (ILPI) – insere-se na Área de Nutrição em Alimentação Coletiva, na subárea de Gestão em UAN.

Área livre

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO PÚBLICA

Questões de 13 a 16

QUESTÃO 13



Fonte: imagem criada com o uso da inteligência artificial.

Considerando-se as diversas fases que integram o ciclo de vida da gestão de processos, a fase denominada Redesenho (*To-Be*) caracteriza-se pela(o)

- (A) definição dos processos prioritários e a respectiva conexão com o planejamento estratégico.
- (B) mapeamento da realidade (*As-Is*), identificando problemas, gargalos e desperdícios.
- (C) aplicação das melhorias, colocando o novo processo (*To-Be*) em prática.
- (D) otimização do processo, criando-se o modelo ideal e eliminando os problemas identificados.
- (E) acompanhamento do novo processo (*To-Be*) e identificação de novas oportunidades.

QUESTÃO 14

A gestão de projetos envolve planejar, organizar e controlar recursos como tempo, dinheiro, pessoas e materiais. Assinale a alternativa que indica uma característica que distingue o projeto de uma tarefa.

- (A) Tem início definido, mas não tem prazo para o encerramento.
- (B) Entrega um resultado único; algo que não existia antes.
- (C) É uma ação específica que precisa ser realizada; um componente do trabalho.
- (D) É um esforço contínuo para entregar um resultado, incremento ou insumo.
- (E) Envolve recursos ilimitados para contornar os riscos concernentes à entrega.

QUESTÃO 15

No modelo de gestão de resultados na produção de serviços públicos, importa mais o controle de fins (resultados) que o controle de meios (processos). Nesse sentido, na avaliação da ação realizada, qual é a pergunta que realmente importa?

- (A) Os recursos orçamentários foram totalmente gastos como previsto?
- (B) A ação foi monitorada e avaliada ao longo de sua execução?
- (C) A lei e as normas foram rigorosamente seguidas?
- (D) Os procedimentos adotados estão em linha com as melhores práticas internacionais?
- (E) O cidadão teve a sua demanda atendida e está satisfeito?

Área livre

QUESTÃO 16

O paradigma do cliente na gestão pública coloca o cidadão no centro da administração, e ele passa a ser tratado como cliente dos serviços públicos. Apesar dos benefícios, esse modelo recebe críticas por parte de estudiosos da gestão pública. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponde a um fator de crítica a esse paradigma.

- (A) A satisfação individual se sobrepõe ao interesse coletivo
- (B) O aumento na satisfação do usuário do serviço público
- (C) O foco nos resultados e não nos procedimentos
- (D) O aumento da eficiência da administração pública
- (E) A melhoria na qualidade do serviço prestado

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questões de 17 a 20

QUESTÃO 17

Os salários de três funcionários A, B, C de determinada empresa estão na proporção 2:3:5. Se esses salários aumentarem em 15%, 10% e 20%, respectivamente, qual será a nova proporção de seus salários?

- (A) 3: 3: 10
- (B) 10: 11: 20
- (C) 3: 13: 23
- (D) 15: 14: 13
- (E) 23: 33: 60

QUESTÃO 18

Considere que a capacidade de dois tonéis é 120 litros e 56 litros, respectivamente. Qual é a capacidade máxima de um recipiente que possa medir exatamente o conteúdo dos dois tonéis, isto é, de modo que a capacidade de cada tonel seja um número inteiro de vezes a capacidade do recipiente?

- (A) 7500 ml
- (B) 7850 ml
- (C) 8000 ml
- (D) 9500 ml
- (E) 10000 ml

QUESTÃO 19

Suponha que, em uma reunião de trabalho, estejam presentes 3 nutricionistas e 3 médicos que tomarão assento em torno de uma mesa circular. De quantos modos distintos eles podem se sentar para iniciar a reunião de modo que os profissionais de cada área se alternem, ou seja, que entre dois médicos haja um nutricionista?

- (A) 6
- (B) 12
- (C) 18
- (D) 24
- (E) 36

Área livre

QUESTÃO 20

Considere que quatro profissionais venham a ser escolhidos aleatoriamente de um grupo de 3 médicos, 2 enfermeiros e 4 nutricionistas. Qual é a probabilidade de que exatamente 2 das pessoas escolhidas sejam nutricionistas?

- (A) $\frac{7}{9}$
- (B) $\frac{3}{5}$
- (C) $\frac{5}{12}$
- (D) $\frac{10}{21}$
- (E) $\frac{7}{8}$

Área livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 21 a 50

QUESTÃO 21

Com base no art. 5º da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou a noite, por determinação judicial.
- (B) É livre a manifestação do pensamento, sendo assegurado o anonimato como forma de proteção à liberdade de expressão.
- (C) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (D) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, sem nenhuma exceção prevista no texto constitucional.
- (E) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, não podendo a lei estabelecer nenhum tipo de restrição ou exigência de qualificação profissional.

QUESTÃO 22

Acerca das competências previstas nos artigos 21 e 23 da Constituição Federal de 1988, que tratam, respectivamente, das competências exclusivas da União e das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete exclusivamente à União proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, não cabendo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios atuar nessa matéria.
- (B) Compete à União declarar a guerra e celebrar a paz, bem como decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.
- (C) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios emitir moeda e administrar as reservas cambiais do País.
- (D) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- (E) Compete exclusivamente à União promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, sendo vedada a atuação dos demais entes federativos nessa área.

Área livre

QUESTÃO 23

À luz dos dispositivos da Constituição Federal de 1988 que tratam do processo legislativo e das emendas à Constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, e não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir, entre outros, a forma federativa de Estado e a separação dos Poderes.
- (B) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- (C) A emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, após sanção, com o respectivo número de ordem.
- (D) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de, no mínimo, a maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (E) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que aprovada por três quintos dos membros de cada Casa.

QUESTÃO 24

No que diz respeito aos princípios e às normas constitucionais relacionadas à administração direta e indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) As funções de confiança podem ser exercidas por qualquer pessoa, inclusive por aquelas que não possuam vínculo efetivo com a Administração Pública, desde que atendam aos requisitos previstos em lei.
- (B) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de atuação das fundações.
- (C) Segundo o texto do artigo 37 do Texto Constitucional de 1988, a administração pública direta e indireta obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.
- (D) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, sem nenhuma exceção, ainda que haja compatibilidade de horários entre os cargos.
- (E) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, e a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

QUESTÃO 25

A respeito da eficácia temporal das leis, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei revogada recupera sua eficácia automaticamente quando a lei revogadora perde sua vigência.
- (B) A retroatividade da lei nova mais benéfica ao réu, em matéria penal, aplica-se a fatos já definitivamente julgados.
- (C) A lei nova que estabelece novas condições para a aquisição de direito aplica-se imediatamente, respeitados os atos jurídicos perfeitos.
- (D) A irretroatividade da lei nova é princípio absoluto, não admitindo exceções no ordenamento jurídico brasileiro.
- (E) A lei temporal aplica-se a fatos ocorridos durante sua vigência, mas não os julgados após sua revogação.

QUESTÃO 26

Quanto aos defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar que o(a)

- (A) erro na declaração de vontade só invalida o negócio jurídico quando recai sobre o móvel principal da declaração, sendo irrelevante o erro sobre pessoa ou coisa.
- (B) dolo acidental, que se refere a qualidades secundárias do objeto, é causa de anulabilidade do negócio jurídico.
- (C) coação, para configurar defeito do negócio jurídico, deve ser absoluta, impossibilitando qualquer resistência do coagido.
- (D) estado de perigo vicia o negócio jurídico quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano, assume obrigação excessivamente onerosa.
- (E) lesão pressupõe a premente necessidade do lesado, dispensando a exploração da necessidade pelo beneficiário.

Área livre

QUESTÃO 27

Quanto à prescrição e à decadência, no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A interrupção da prescrição por um dos credores solidários aproveita aos demais, ao passo que a interrupção por um dos devedores solidários não aproveita aos demais.
- (B) Os prazos de decadência não correm contra os absolutamente incapazes. Já os prazos prescricionais correm normalmente.
- (C) A prescrição iniciada contra um credor não corre contra o seu coerdeiro, ainda que este seja solidário.
- (D) A renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita, anterior ou posterior à consumação do prazo prescricional.
- (E) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, inclusive pela primeira vez em recurso especial, mas não pode ser reconhecida de ofício pelo juiz.

QUESTÃO 28

No que concerne à posse e à propriedade, assinale a alternativa correta.

- (A) A posse direta, por si só, é suficiente para configurar a usucapião, independentemente do *animus domini*.
- (B) A posse é perdida quando o possuidor, temporariamente, deixa de exercer poderes possessórios por motivo de força maior.
- (C) A aquisição da propriedade imóvel por usucapião extraordinária exige posse ininterrupta e de boa-fé pelo prazo de dez anos.
- (D) Os atos de mera permissão ou tolerância configuram posse, desde que haja o exercício de algum poder inerente ao proprietário.
- (E) O possuidor pode ceder a posse a outrem, mantendo a propriedade, configurando-se a tradição ficta.

QUESTÃO 29

No que tange à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil do Estado por atos omissivos dos seus agentes independe de comprovação de dolo ou culpa.
- (B) A cláusula de não indenizar é nula de pleno direito em qualquer hipótese, por violar a ordem pública.
- (C) A responsabilidade por fato de terceiro configura hipótese de responsabilidade subjetiva, exigindo prova de culpa do terceiro.
- (D) A indenização por dano moral deve ser fixada proporcionalmente ao dano material comprovado.
- (E) A responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do produto independe de culpa, bastando a demonstração do defeito e do nexo causal.

QUESTÃO 30

Acerca dos princípios constitucionais do processo civil, é correto afirmar que o princípio do(a)

- (A) contraditório garante apenas a possibilidade de manifestação prévia das partes antes da decisão judicial.
- (B) ampla defesa compreende a defesa técnica e a autodefesa, mas não se estende à produção probatória.
- (C) juiz natural veda a criação de tribunais de exceção e garante que ninguém será processado senão perante a autoridade competente.
- (D) publicidade dos atos processuais é absoluto, não admitindo restrições em nenhuma hipótese.
- (E) inafastabilidade da jurisdição impede que o legislador crie condições prévias para o acesso ao Judiciário.

QUESTÃO 31

No que diz respeito à competência, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência absoluta pode ser prorrogada se a parte não alegar a incompetência no momento oportuno.
- (B) A competência em razão do valor da causa é absoluta e não pode ser modificada por convenção das partes.
- (C) Os conflitos de competência entre juízes federais de diferentes seções judiciárias são processados e julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) A competência funcional é relativa e pode ser modificada por conexão ou continência.
- (E) A competência territorial em ações reais imobiliárias é absoluta, fixando-se no foro da situação do bem.

QUESTÃO 32

No que se refere à tutela provisória no processo civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela antecipada antecedente pode ser concedida sem a oitiva da parte contrária, dispensando-se a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- (B) A tutela de evidência exige a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, além dos requisitos legais específicos.
- (C) A concessão da tutela antecipada de ofício pelo juiz é permitida quando houver relevante interesse público.
- (D) A tutela cautelar pode ser requerida em caráter antecedente ou incidental, exigindo a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- (E) A tutela provisória concedida em caráter antecedente torna-se estável se o réu não a impugnar no prazo de quinze dias.

Área livre

QUESTÃO 33

No tocante ao direito probatório, assinale a alternativa correta.

- (A) O ônus da prova incumbe à parte que detiver conhecimentos técnicos ou informações específicas a respeito dos fatos, independentemente de ser autora ou ré.
- (B) A prova emprestada é inadmissível no processo civil, por violar o princípio do contraditório.
- (C) A confissão extrajudicial, feita por escrito à parte adversa, tem o mesmo valor probante da confissão judicial.
- (D) O depoimento pessoal da parte é meio de prova testemunhal, podendo a parte se recusar a depor acerca de fatos desabonadores.
- (E) A inspeção judicial pode ser realizada pelo juiz em qualquer fase do processo, independentemente de requerimento das partes.

QUESTÃO 34

Quanto ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoridade coatora é parte legítima passiva no mandado de segurança, figurando como ré no processo.
- (B) A concessão de liminar em mandado de segurança suspende o ato impugnado, mas não impede a execução de obras públicas.
- (C) O prazo para impetração do mandado de segurança é de cento e vinte dias, contados da ciência do ato pelo interessado, decadencial e improrrogável.
- (D) O mandado de segurança é substitutivo de ação de cobrança quando a obrigação de pagar é certa e líquida.
- (E) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, independentemente de demonstração de pertinência temática.

QUESTÃO 35

Quanto aos princípios constitucionais tributários, é correto afirmar que o princípio da

- (A) legalidade veda a instituição de tributos por medida provisória, ainda que em caso de relevância e urgência.
- (B) irretroatividade impede a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu.
- (C) anterioridade nonagesimal aplica-se a todos os tributos, sem exceção.
- (D) capacidade contributiva aplica-se a todos os tributos, permitindo a graduação de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.
- (E) isonomia tributária veda a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

QUESTÃO 36

No que se refere ao lançamento, assinale a alternativa correta.

- (A) O lançamento é ato administrativo discricionário, podendo a autoridade administrativa avaliar a conveniência e oportunidade de sua realização.
- (B) O lançamento por declaração é a modalidade em que a autoridade administrativa, com base em informações prestadas pelo contribuinte, constitui o crédito tributário.
- (C) A modificação do lançamento pelo contribuinte é permitida em qualquer hipótese, independentemente de prévia manifestação da autoridade administrativa.
- (D) O lançamento por homologação dispensa o contribuinte do pagamento antecipado do tributo, cabendo à autoridade administrativa constituir o crédito.
- (E) O lançamento de ofício é a única modalidade que permite a revisão do crédito tributário constituído.

QUESTÃO 37

A respeito da suspensão e da extinção do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário e pode ser concedida por lei ordinária, independentemente de autorização legislativa específica.
- (B) O depósito do montante integral do crédito tributário suspende sua exigibilidade e pode ser realizado em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
- (C) A compensação de créditos tributários é modalidade de extinção do crédito que pode ser realizada de ofício pela autoridade administrativa.
- (D) A dação em pagamento de bens imóveis é modalidade de extinção do crédito tributário prevista no Código Tributário Nacional.
- (E) A isenção é modalidade de extinção do crédito tributário, que dispensa o cumprimento da obrigação principal.

Área livre

QUESTÃO 38

Acerca da responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade dos sucessores abrange os tributos devidos pelo *de cuius* até a data da partilha, não alcançando as multas fiscais.
- (B) A responsabilidade por infrações da legislação tributária é excluída pela denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.
- (C) A responsabilidade de terceiros é supletiva e depende de demonstração de culpa, não se aplicando aos casos de dolo.
- (D) A alienação de bens em fraude à Fazenda Pública transfere a responsabilidade tributária ao adquirente, independentemente de conhecimento da dívida.
- (E) O sócio-gerente responde subsidiariamente pelos tributos devidos pela sociedade limitada, independentemente de demonstração de dolo ou culpa.

QUESTÃO 39

Considerando-se os princípios do direito do trabalho, é correto afirmar que o princípio da

- (A) proteção admite a flexibilização das normas trabalhistas mediante acordo individual, independentemente de previsão legal.
- (B) primazia da realidade determina que, em caso de divergência entre o contrato escrito e a realidade fática, prevalece o documento formal.
- (C) continuidade da relação de emprego favorece a manutenção do vínculo empregatício, presumindo-se a continuidade do emprego em caso de dúvida.
- (D) irrenunciabilidade de direitos trabalhistas é absoluto, não admitindo exceções mesmo em caso de transação judicial homologada.
- (E) inalterabilidade contratual lesiva veda qualquer modificação das condições de trabalho, ainda que benéfica ao empregado.

Área livre

QUESTÃO 40

No que tange ao contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato de experiência pode ser celebrado por prazo máximo de noventa dias, permitida uma única prorrogação.
- (B) O contrato de trabalho por prazo determinado pode ser prorrogado quantas vezes as partes acordarem, desde que não ultrapasse o limite de dois anos.
- (C) A alteração do contrato de trabalho por transferência de local de trabalho depende sempre da anuência do empregado, ainda que haja cláusula de transferência no contrato.
- (D) A suspensão do contrato de trabalho interrompe a contagem do tempo de serviço, não sendo devido o pagamento de salários durante o período.
- (E) A rescisão indireta do contrato de trabalho configura justa causa do empregador, permitindo ao empregado postular as verbas rescisórias e indenizatórias.

QUESTÃO 41

Acerca da jornada de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A jornada de trabalho pode ser ampliada por acordo individual, independentemente de previsão em convenção coletiva, até o limite de duas horas extras diárias.
- (B) O intervalo intrajornada é obrigatório e não pode ser reduzido, em nenhuma hipótese, para jornadas superiores a seis horas.
- (C) O regime de compensação de jornada (banco de horas) pode ser ajustado por acordo individual tácito, dispensada a formalização escrita.
- (D) O trabalho em regime de tempo parcial é aquele cuja duração não excede vinte e cinco horas semanais, vedada a prestação de horas extras.
- (E) As horas *in itinere* são computadas na jornada de trabalho quando o local de trabalho é de difícil acesso, não servido por transporte público regular.

Área livre

QUESTÃO 42

Acerca dos recursos trabalhistas, assinale a alternativa correta.

- (A) O recurso ordinário é o instrumento adequado para impugnar decisões proferidas em dissídios individuais de competência originária dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- (B) O agravo de instrumento é interposto a decisões que denegam seguimento a recursos, e deve ser dirigido ao presidente do tribunal que proferiu a decisão agravada.
- (C) O recurso de revista exige o prequestionamento da matéria, sendo incabível quando a controvérsia não foi objeto de análise pelo Tribunal Regional.
- (D) O depósito recursal é exigido para a admissibilidade de todos os recursos trabalhistas, mas fica dispensado quando a parte é beneficiária da justiça gratuita.
- (E) O prazo para interposição de recursos trabalhistas é de oito dias, contados da publicação da decisão, aplicando-se em dobro para a Fazenda Pública.

QUESTÃO 43

No que se refere à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da territorialidade aplica-se a crimes praticados no exterior quando o agente é brasileiro, independentemente de previsão em tratado internacional.
- (B) A lei brasileira aplica-se a crimes praticados no estrangeiro quando o agente for brasileiro e a infração for também punível no país em que foi praticada.
- (C) A extradição de brasileiro nato é admitida em qualquer hipótese, desde que haja tratado internacional com o Estado requerente.
- (D) A lei penal mais benéfica aplica-se retroativamente, mesmo em relação a fatos já definitivamente julgados.
- (E) O tempo do crime é determinado pelo momento da consumação, adotando o ordenamento brasileiro a teoria do resultado.

QUESTÃO 44

No que concerne aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de peculato exige que o agente seja funcionário público, não se configurando quando o particular concorre para o crime.
- (B) O crime de prevaricação configura-se quando o funcionário público pratica ato de ofício em proveito próprio, dispensada a demonstração de dano ao erário.
- (C) O crime de corrupção passiva admite a modalidade culposa, quando o funcionário público solicita vantagem indevida por negligência.
- (D) O crime de concussão não exige a efetiva percepção da vantagem indevida pelo funcionário público, consumando-se apenas com a sua exigência.
- (E) O crime de facilitação de contrabando ou descaminho exige a demonstração de recebimento de vantagem indevida pelo funcionário público.

QUESTÃO 45

Quanto ao concurso de pessoas e à aplicação das penas, assinale a alternativa correta.

- (A) A coautoria distingue-se da participação pela prática de atos executórios do crime, sendo o partícipe aquele que concorre de forma acessória.
- (B) O concurso de pessoas exige que todos os agentes pratiquem atos executórios e não basta a participação moral ou intelectual.
- (C) A pena deve ser aplicada de forma igual a todos os concorrentes, independentemente da participação de cada um no crime.
- (D) O agente que determina a prática de crime por outrem é punido na mesma medida do executor, não sendo admitida a redução de pena.
- (E) A participação de menor importância é causa de exclusão da tipicidade, afastando a responsabilidade penal do partícipe.

Área livre

QUESTÃO 46

Acerca do controle interno e do controle externo da Administração Pública no âmbito dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

- (A) É constitucional a lei estadual, de iniciativa parlamentar, que estabelece restrições ao poder sancionador do Tribunal de Contas.
- (B) É constitucional norma estadual que confere ao Tribunal de Contas local a prerrogativa de determinar a realização de auditorias aos órgãos de controle interno de cada Poder.
- (C) A ausência de parecer prévio do Tribunal de Contas impede a Assembleia Legislativa de julgar as contas do Governador, porque esse parecer tem caráter meramente opinativo.
- (D) É constitucional a previsão regimental que submete denúncias ao Tribunal de Contas a uma análise prévia de seletividade por unidade técnica, com base em critérios como risco, relevância e materialidade, desde que tal análise não substitua a decisão final, que deve ser tomada por conselheiros do Tribunal.
- (E) É constitucional a norma estadual que atribui à Assembleia Legislativa a competência para julgar as contas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado.

QUESTÃO 47

No que se refere à Administração Indireta e seu controle, de acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967 e com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, por integrarem a Administração Indireta, submetem-se ao regime jurídico de direito público, sendo seus bens considerados públicos e, portanto, impenhoráveis.
- (B) O controle exercido pela Administração Direta sobre as entidades da Administração Indireta denomina-se tutela administrativa ou supervisão ministerial e não se confunde com hierarquia, sendo exercido nos limites estabelecidos em lei.
- (C) A criação de empresa pública e de sociedade de economia mista depende de autorização por lei específica, cabendo à lei complementar, neste caso, definir as áreas de sua atuação, conforme dispõe o art. 37, XIX, da Constituição Federal.
- (D) As fundações públicas de direito público equiparam-se às empresas estatais e possuem personalidade jurídica de direito privado. Submetem-se integralmente ao regime jurídico comum das empresas privadas.
- (E) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização de lei específica, dotadas de patrimônio próprio e atribuições estatais específicas, e sujeitam-se ao regime celetista em suas relações de trabalho.

Área livre

QUESTÃO 48

Com fundamento na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que trata das hipóteses de dispensa de licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) É dispensável a licitação para contratação de obras e serviços de engenharia que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00, bem como para outros serviços e compras com valores inferiores a R\$ 100.000,00.
- (B) Nos casos de emergência ou calamidade pública, admite-se a contratação direta por dispensa de licitação, sendo permitida a prorrogação dos respectivos contratos por igual período, bem como a recontração da empresa já contratada, desde que devidamente justificada.
- (C) É dispensável a licitação para aquisição de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia.
- (D) A contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação anterior somente será admitida como hipótese de dispensa quando a licitação tiver sido realizada há menos de dois anos e ficar comprovada a ausência de licitantes interessados ou a apresentação de propostas com preços incompatíveis com o mercado.
- (E) A aquisição de medicamentos destinados ao tratamento de quaisquer doenças, desde que prescritos por profissional habilitado do Sistema Único de Saúde (SUS), constitui hipótese de dispensa de licitação expressamente prevista na Lei nº 14.133/2021.

Área livre

QUESTÃO 49

Quanto ao regime jurídico e à classificação dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências legais, ao passo que os bens de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) São bens públicos de uso comum do povo aqueles destinados ao serviço ou ao estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, como os edifícios e terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento público.
- (C) Todos os bens públicos, independentemente de sua classificação, são suscetíveis de usucapião, desde que observados os prazos previstos no Código Civil e comprovada a posse mansa e pacífica pelo particular.
- (D) Os bens públicos de uso comum do povo, como mares, rios, estradas, ruas e praças, pertencem exclusivamente à União, sendo vedado aos Estados e Municípios titularizar esse tipo de bem.
- (E) O uso comum dos bens públicos é sempre gratuito, sendo vedada à Administração Pública a cobrança de qualquer tipo de retribuição pela sua utilização, sob pena de violação do princípio da impessoalidade.

QUESTÃO 50

Sobre a responsabilidade civil do Estado e a responsabilidade dos agentes públicos, nos termos da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil do Estado por danos causados por seus agentes a terceiros é subjetiva, exigindo-se a comprovação de dolo ou culpa do agente público para a configuração do dever de indenizar.
- (B) A responsabilidade civil do Estado, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, alcança apenas os danos decorrentes de condutas comissivas (ações) de seus agentes, excluindo-se os danos causados por omissões estatais.
- (C) O agente público que causar dano a terceiro no exercício de suas funções poderá ser diretamente demandado pela vítima em ação de reparação civil, independentemente do ajuizamento de ação em face do Estado, conforme teoria da dupla garantia.
- (D) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, inclusive aos usuários e não usuários do serviço, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.
- (E) O direito de regresso do Estado em face do agente público causador do dano é imprescritível e pode ser exercido a qualquer tempo, independentemente da demonstração de dolo ou culpa do agente.

Área livre**Área livre**